



## DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES ACERCA DAS PRESSÕES IMPOSTAS EM SALA DE AULA EM BUSCA DE RESULTADOS POSITIVOS IMEDIATOS NA AVALIAÇÃO SAEB.

SANTOS, Jani Gleice Mendes<sup>1</sup>

SANTOS, Igor Ribeiro<sup>2</sup>

TANAN, Antônia Cristina Ribeiro<sup>3</sup>

**Grupo de Trabalho (GT): 3 – Políticas Públicas e Gestão da Educação**

### **RESUMO**

Este trabalho reflete acerca dos desafios enfrentados por professores da Educação Básica diante das pressões impostas por gestores e políticas educacionais que priorizam resultados imediatos nas avaliações externas, especialmente no SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica). O relato, de natureza qualitativa, evidencia como esse sistema avaliativo influencia diretamente a prática pedagógica, gerando sobrecarga, desvalorização profissional e foco excessivo em conteúdos cobrados nos exames, comprometendo a autonomia docente e o desenvolvimento integral dos estudantes. Além disso, aponta-se a existência de um clima de responsabilização individual dos educadores por indicadores que envolvem múltiplos fatores. Conclui-se que, para promover uma educação de qualidade, é necessário repensar as políticas avaliativas, assegurando condições reais para o processo de ensino-aprendizagem, sem reduzir a complexidade da educação aos números de desempenho.

**Palavras-chave:** Avaliação da Aprendizagem; Políticas Educacionais e Avaliações Externas.

### **CONTEXTUALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA**

Este trabalho se constitui como um relato de experiência e apresenta reflexões feitas por duas professoras e um professor efetivos da rede de ensino municipal de Delmiro Gouveia, município situado na mesorregião do Sertão Alagoano, tratando especificamente a respeito da forma como são colocadas expectativas na busca pela obtenção de resultados positivos na avaliação nacional SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) que gera a nota do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e como isso implica tanto no trabalho em sala de aula quanto na busca por “culpados” quando os resultados não atingem as metas estabelecidas pelo Estado, em escala macro, e escola/município em escala micro do nosso âmbito educacional. Para além deste vislumbre, trazemos uma breve explanação acerca de como se dá a avaliação da aprendizagem e como ela se consolida sob o viés conceitual do modelo de gestão

<sup>1</sup> Semed/Delmiro Gouveia - AL. janigleicemendes@gmail.com

<sup>2</sup> Semed/Delmiro Gouveia - AL. igor34r.s@gmail.com

<sup>3</sup> Semed/Delmiro Gouveia - AL. cristina.tanan@gmail.com





democrática. A partir desta descrição, apresentamos uma análise comparativa com as determinações impostas pelo Índice Municipal de Qualidade Educacional de Alagoas (IQEAL), que hoje estabelece as regras para o repasse do ICMS para os municípios alagoanos atrelado ao desempenho na avaliação do SAEB e, consequentemente, à sua nota no IDEB.

Para o embasamento teórico, dialogamos com LUCKESI (2011), HOFFMANN (2014) e FREIRE (1996) que tratam das especificidades teóricas que embasam a compreensão acerca do que se configura uma educação de qualidade, processos avaliativos que respeitem as singularidades educacionais e socioeconômicas de cada contexto educativo e a autonomia e descentralização de poder que versa os fundamentos da gestão democrática das instituições escolares.

Por fim, direcionamos o diálogo para a reflexão sobre como as pressões colocadas no corpo docente das escolas públicas municipais afetam o desenvolvimento da práxis pedagógica dos professores hoje, acarretando expectativas altas de sucesso no alcance de metas estabelecidas para a nota do IDEB, que são determinadas com base em notas de proficiência em Português e Matemática e nas estatísticas de fluxo escolar que desconsideram diversos outros aspectos socioeconômicos, influenciando direta e indiretamente na qualidade de ensino e aprendizagem dos nossos estudantes.

## OBJETIVOS DA AÇÃO EDUCATIVA

Refletir sobre o discurso apresentado pelo sistema educacional nas escolas de ensino básico, em relação ao trabalho do professor com objetivo de conseguir aumentar as notas e resultados do IDEB, associando o resultado obtido com a qualidade de ensino ofertado pelos docentes em sala de aula. Dentro disso, buscamos provocar reflexões sobre as formas como estes discursos impactam a prática diária dos professores em sala de aula e na pressão colocada sobre o corpo docente das escolas públicas, como se as metodologias de trabalho destes fossem as principais responsáveis pelo “sucesso” ou “fracasso” dos estudantes nos resultados obtidos a cada ano de aplicação do Saeb.

## DESCRÍÇÃO DETALHADA DA EXPERIÊNCIA





É sabido que no cotidiano das escolas públicas municipais, muitos são os momentos de estudos, análises e planejamento de práticas e estratégias de ensino e aprendizagem que objetivam o desenvolvimento integral dos estudantes. No município de Delmiro Gouveia - AL, parte da carga horária dos professores da rede municipal de educação básica é complementada pelos Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo - HTPC - nos quais realizam momentos de alinhamento pedagógico, formações continuadas, estudos, análises, avaliações e planejamento de toda a rotina de trabalho e etc. São exatamente nesses momentos, que se presencia como se opera na prática a campanha de mobilização voltada para o SAEB/IDEB. A tônica é quase sempre a cobrança aos docentes para que se façam cientes da situação na qual a escola se encontra, no quesito nota do IDEB, e da necessidade de seu esforço para que a unidade escolar possa atingir o resultado que atenda às expectativas. Todavia, como é característico da lógica das avaliações externas, uma série de fatores de cunho político e cultural são ignorados, como os problemas estruturais e a realidade de desigualdade e vulnerabilidade socioeconômica enfrentados por muitos estudantes, por exemplo.

Embora os sistemas/redes de ensino não abandonem o discurso de se promover uma educação mais atraente que possa cativar os alunos, incentivando docentes a trabalhar com metodologias inovadoras, como as metodologias ativas e atividades lúdicas, por exemplo, no final das contas prevalece as exigências visando as avaliações externas, com destaque para o SAEB. Desta maneira, o esforço centra-se nesta avaliação, privilegiando as disciplinas que são cobradas na mesma. Neste sentido, a proposta para as escolas, como principal instrumento avaliativo, é o simulado.

Buscamos, assim, caminhos para responder algumas indagações: será mesmo que este sistema avaliativo, alimentado pelo discurso de meritocracia, buscando alcançar as metas do IDEB, deveria ser o “grande objetivo” do nosso trabalho enquanto professores de educação básica? Será que esses resultados são o real espelho de como anda o crescimento da aprendizagem dos nossos estudantes? E onde está sendo cumprido efetivamente o compromisso governamental para o desenvolvimento integral dos estudantes, quando se considera apenas os resultados de avaliações nacionais restritos a habilidades SAEB (determinadas pelas matrizes de referência em Português, Matemática





e Ciências) e desconsideram todos os desafios de estrutura socioeconômica que muito interferem e permeiam o todo contexto social da aprendizagem escolar?

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Sabemos que a avaliação da aprendizagem escolar é um componente essencial do processo educativo, pois, funciona não apenas como instrumento de verificação do desempenho discente, mas também como mecanismo de regulação e melhoria das práticas pedagógicas. Segundo Luckesi (2011), a avaliação da aprendizagem deve ser compreendida como um processo contínuo e formativo, orientado para a melhoria da prática educativa e para a promoção do desenvolvimento integral do estudante. Para o autor, “avaliar é um ato amoroso que visa contribuir para o crescimento do educando”, sendo, portanto, incompatível com práticas punitivas ou meramente classificatórias.

Quando analisamos o contexto histórico da funcionalidade das avaliações de aprendizagem, nos deparamos com o seu atrelamento a um caráter classificatório, com foco na mensuração de resultados e no ranqueamento dos estudantes e, quando observamos os pormenores do funcionamento e desdobramentos atuais do que fazem com resultados das avaliações, percebemos que ainda temos raízes profundas que alimentam a cultura de definição de qualidade de ensino/aprendizagem principalmente através de números e notas baseada num instrumento avaliativo principal: provas objetivas.

Ao abordar o tema da avaliação da aprendizagem no início dos anos de 1990, Luckesi (2006, p. 17) chama a atenção sobre o amplo espaço adquirido pela avaliação no processo de ensino no nível que a “prática educativa escolar passou a ser direcionada por uma ‘pedagogia do exame’”. Com o advento das avaliações externas como o SAEB, podemos notar um processo que guarda similitudes com o que Luckesi chama de pedagogia do exame e uma prática de treino para resolução de provas em toda educação básica. Tanto que o principal instrumento avaliativo, como já foi citado, é o simulado. Simular é exatamente agir sobre uma situação não real como meio de aperfeiçoamento para uma outra realmente válida. Deste modo, os simulados das escolas são treinamentos para o SAEB. E, em alguns momentos, mesmo a retórica sendo outra,





quando o cenário não é favorável, quando as escolas vêm de notas anteriores abaixo das metas, as autoridades exigem que se “centre fogo” nessas avaliações.

Atualmente o IDEB, é o indicador de qualidade da educação básica e seu resultado é determinado com base na combinação do rendimento escolar (taxa de aprovação) e com o desempenho dos alunos em testes padronizados, no caso, o Saeb. Segundo o documento de Diretrizes da edição de 2023, disponibilizado na plataforma oficial do Saeb, a compreensão de qualidade do ensino está ligada a vários fatores e busca informar sobre sete dimensões de qualidade da educação básica: Atendimento escolar; Ensino e aprendizagem; Investimento; Profissionais da educação; Gestão; Equidade; Cidadania, Direitos Humanos e valores. E para avaliar todas essas dimensões, são aplicados questionários para os alunos, professores, diretores escolares e gestores municipais de educação, além de testes de língua portuguesa, matemática, ciências naturais e ciências humanas.

A partir dos indicadores nacionais do SAEB, têm-se o IQEAL, que indica a qualidade da educação nos municípios alagoanos. Neste, são levados em consideração indicadores de qualidade, o acesso e estrutura pedagógica e física das escolas, a permanência do aluno em sala de aula, os recursos investidos e a melhoria nos resultados de aprendizagem e alfabetização, a fim de garantir equidade aos estudantes de diferentes níveis socioeconômicos. Com isso, é determinado o destino do ICMS, pois a educação é um dos critérios do cálculo do repasse do imposto para as cidades alagoanas.

A mobilização da escola com a finalidade de preparação para a avaliação do saeb traz alguns problemas práticos. Dentre eles, a replicação de formações para docentes, nas quais são apresentadas atividades já pré-estabelecidas pelo Estado, através do programa Escola 10. Nesse quesito, como não há diálogo com a comunidade escolar, essa imposição acaba por ferir o princípio da gestão democrática. Em muitos aspectos, a gestão de algumas escolas se aproximam de modelos gerencialistas.





O modelo democrático contrapõe-se ao gerencialista, até então posto, que tem como princípios: produtividade, competitividade, entre outros. Em uma visão que a escola é empresa e o gestor um mero gerente, limitando a participação da comunidade escolar.

A Gestão Democrática enfrenta desafios, pois a implantação de políticas de resultados, premiações, falta de autonomia na escolha de conteúdos, avaliações externas, acabam por dialogar com o modelo gerencialista. O modelo democrático como princípio Constitucional, propicia aos indivíduos a participação e intervenção em todos os âmbitos da comunidade escolar e contrapõe-se às exigências mercantilistas, as quais interferem no desenvolvimento de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Faz-se necessário haver maior envolvimento e engajamento dos atores sociais no que tange ir em busca de efetivação de políticas públicas que busquem alcançar a democracia em sua totalidade.

## RESULTADOS ALCANÇADOS OU INDICATIVOS DE MUDANÇA

Compreendemos a avaliação como um ato de mediação, em que o professor, ao observar e interpretar as produções dos alunos, norteia sua prática pedagógica e contribui para que os estudantes se reconheçam como sujeitos ativos do seu processo de aprendizagem. Dialogando com Hoffmann (2014) ao afirmar que avaliar significa compreender o aluno em sua totalidade, em seus diferentes ritmos e formas de aprender, e Freire (1996), quando afirma que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.

Nesse sentido, entendemos que a avaliação da aprendizagem precisa ultrapassar os limites das provas tradicionais e incorporar instrumentos diversificados, como portfólios, autoavaliações, projetos interdisciplinares e registros reflexivos. Compreendemos que a pluralidade de instrumentos permite uma apreensão mais abrangente e significativa do processo de aprendizagem, respeitando as singularidades dos sujeitos envolvidos. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza a importância de uma avaliação que esteja alinhada às competências gerais da educação básica, promovendo a equidade, a inclusão e a valorização da diversidade. Isso requer





uma mudança de paradigma, na qual a avaliação deixa de ser vista como um fim em si mesma para se tornar parte integrante e dinâmica do processo de ensino-aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange às avaliações externas, índices de nota e indicadores de qualidade, como SAEB, IDEB e IQEAL, percebemos que há uma proposição em seus documentos que visam considerar a complexidade dos ambientes escolares, indo além da avaliação objetiva e padronizada. Todavia, o que se identifica na prática é o peso das notas, simplesmente. Daí, prima-se em providenciar que os meios que levam a tais notas sejam percorridos plenamente. Assim, temos as pressões e cobranças de que se trabalhe com exclusividade as disciplinas que são exigências do SAEB e o cuidado com o fluxo, que é o que determina a nota do IDEB e esta, por sua vez, é utilizada pelo IQEAL.

Portanto, repensar a avaliação da aprendizagem escolar implica uma transformação das concepções avaliativas vigentes, exigindo um olhar investigativo para além dos números obtidos nos resultados das avaliações externas. Acredita-se que os investimentos devem ser direcionados com equidade para contextos escolares que mais precisam de suporte financeiro para alcançar a qualidade de ensino e aprendizagem que se espera diante do compromisso com a formação integral dos estudantes.

## REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio**. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2006.

